

Arquivo Histórico de Joinville – O processo de patrimonialização da arquitetura moderna e institucional como monumento e documento

Joinville's Historical Archive – The patrimonialization process of modern and institutional architecture as a monument and document

Archivo Histórico de Joinville: El proceso de patrimonialización de la arquitectura moderna e institucional como monumento y documento

Giane Maria de Souza¹
Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske²
Luiza Morgana Klueger Souza³

Recebido em: 20/7/2019
Aceito para publicação em: 18/11/2019

¹ Historiadora, mestre em História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Uniedu/SC. Especialista cultural no Setor de Educação do Arquivo Histórico de Joinville.

² Arquiteta e urbanista, mestre em Desenvolvimento Urbano-Geografia pela UFSC. Atua no Setor de Arquivo Permanente do Arquivo Histórico de Joinville.

³ Arquivista, mestre em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Atuou no Setor de Gestão de Documentos do Arquivo Histórico de Joinville entre abril de 2015 e agosto de 2019.

Resumo: O Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) é uma unidade vinculada à Gerência de Patrimônio e Museus, da Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), Prefeitura de Joinville. Foi instituído pela Lei Municipal n.º 1.182 de 20 de março de 1972 e funcionou nas dependências da Biblioteca Municipal Prefeito Rolf Colin até 1986, quando sua sede foi inaugurada. O prédio foi construído com recursos oriundos de um convênio com a República Federal da Alemanha e foi tombado como patrimônio cultural, conforme Lei n.º 1773/1980, sendo inscrito no Livro Tombo sob o registro de n.º 113 desde 2015. Metodologicamente, serão analisados os documentos referentes ao convênio com o governo alemão, o projeto arquitetônico da edificação e o processo de inventário e tombamento enquanto bem cultural. Esta pesquisa documental objetiva analisar os aspectos da arquitetura modernista e o seu processo de patrimonialização, tendo em vista que a arquitetura institucional pode ser compreendida como um documento/monumento, sob a perspectiva de Le Goff (1997) e com base no conceito de lugar de memória empreendido por Pierre Nora (1993). Este artigo pretende, enfim, discorrer sobre os fragmentos recolhidos no presente para a reinvenção e preservação do passado como um processo antagônico de seleção e recriação de memórias e patrimônios, por meio de problematizações acerca da composição do acervo da instituição considerando sua história institucional e arquitetônica. A arquitetura modernista e suas projeções sociais na cidade, sobretudo por meio de seus usos, funções, intenções e percepções patrimonializados na instituição em sua materialidade construtiva, simbolicamente se tornam elementos-chave para a constituição sobre o lugar de memória e a história material da cidade.

Palavras-chave: Arquivo Histórico de Joinville; arquitetura moderna; patrimônio cultural.

Abstract: The Joinville Historical Archive (AHJ) is a unit linked to the Management of Heritage and Museums, of the Secretary of Culture and Tourism (Secult), of Joinville City Hall. It was instituted by Municipal Law No. 1,182, on March 20, 1972, and operated on the premises of the Municipal Library Mayor Rolf Colin until 1986, when its head office was inaugurated. The building was constructed using funds from an agreement with the German Federal Republic and was pointed out as cultural heritage according to Law No. 1,773/1980, being registered in the book list under No. 113 since 2015. Methodologically, documents referring to the architectural design of the building and the inventory and listing process as a cultural asset will be analysed. This documentary research aims to analyse aspects of modernist architecture and its heritage process, considering that institutional architecture can be understood as a document / monument, according to the perspective of Le Goff (1997), and the concept of place of memory, by Pierre Nora (1993). This article intends, finally, to discuss the fragments collected in the present for the reinvention and preservation of the past, as an antagonistic process of selection and recreation of memories and heritage, based on questions about the composition of the institution's collection considering its institutional and architectural history. Modernist architecture and its social projections in the city, above all, based on its uses, functions, intentions and perceptions that are patrimonialized in the institution in its constructive materiality, symbolically become key elements for the constitution regarding the place of memory and the material history of the city.

Keywords: Joinville Historical Archive; modern architecture; cultural heritage.

Resumen: El Archivo Histórico de Joinville (AHJ) es una unidad vinculada a la Gestión del Patrimonio y los Museos, de la Secretaría de Cultura y Turismo (Secult), Alcaldía de Joinville. Fue instituido por la Ley municipal No. 1.182, del 20 de marzo de 1972, y

funcionó en las instalaciones de la Biblioteca Municipal Alcalde Rolf Colin hasta 1986, cuando se inauguró su sede. El edificio fue construido con fondos de un acuerdo con la República Federativa Alemana y fue catalogado como patrimonio cultural, de acuerdo con la Ley No. 1.773/1980, inscrito en el Libro del Tombamento bajo el registro No. 113 desde 2015. Metodológicamente, se analizarán los documentos que se refieren al diseño arquitectónico del edificio y al proceso de inventario y listado como un activo cultural. Esta investigación documental tiene como objetivo analizar aspectos de la arquitectura modernista y su proceso de patrimonialización, considerando que la arquitectura institucional puede entenderse como un documento / monumento, en conformidad con la perspectiva de Le Goff (1997), y como el concepto de lugar de memoria de Pierre Nora (1993). Finalmente, este artículo tiene la intención de discutir los fragmentos recolectados en el presente para la reinvencción y preservación del pasado, como un proceso antagónico de selección y recreación de recuerdos y patrimonio, por medio de preguntas sobre la composición de la colección de la institución considerando su historia institucional y arquitectónica. La arquitectura modernista y sus proyecciones sociales en la ciudad, sobre todo, basadas en sus usos, funciones, intenciones y percepciones que se patrimonializan en la institución en su materialidad constructiva, se convierten simbólicamente en elementos clave para la constitución con respecto al lugar de la memoria y la historia material de la ciudad.

Palabras clave: Archivo Histórico de Joinville; arquitectura moderna; patrimonio cultural.

INTRODUÇÃO

O Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) é uma unidade vinculada à Gerência de Patrimônio e Museus, da Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), Prefeitura de Joinville. Foi instituído pela Lei Municipal n.º 1.182, de 20 de março de 1972, na gestão do prefeito Harald Karmann.

Inicialmente foi instalado de forma provisória em uma sala de 100 m² anexa à Biblioteca Municipal Prefeito Rolf Colin e administrado, naquele momento, pelo então diretor da própria biblioteca, Adolfo Bernardo Schneider. Funcionou naquele local até 1986, quando foi inaugurada sua nova sede, construída com recursos oriundos de um convênio com a República Federal da Alemanha (SCHNEIDER, 1996).

O prédio sede do AHJ, que detém a função de abrigar a importante documentação referente à memória histórica da cidade, como relatórios, cartas, contratos, estatutos, escrituras, mapas geográficos, projetos arquitetônicos, além de fotografias, microfilmes, livros, jornais, revistas etc., foi tombado como patrimônio cultural conforme a Lei n.º 1773/1980, tendo sido inscrito no Livro Tombo sob o n.º 113 desde 2015.

A pesquisa evidenciada neste artigo objetiva analisar os aspectos da arquitetura modernista do prédio do AHJ e o seu processo de patrimonialização, tendo em vista que sua arquitetura institucional pode ser compreendida como um documento/monumento, sob a perspectiva de Le Goff (1997) e com base no conceito de lugar de memória empreendido por Pierre Nora (1993).

Para esse intuito, apresenta-se como metodologia de análise um levantamento documental, no qual serão analisados documentos referentes à construção do prédio (projetos e plantas arquitetônicas) e ao processo de tombamento da edificação enquanto bem cultural. Para melhor compreensão o texto será dividido em três seções de análise: 1) Justificativas e argumentações para a construção de uma nova sede do AHJ; 2) O modernismo e a concepção do projeto arquitetônico; 3) O processo de tombamento e a patrimonialização do bem cultural.

Este artigo pretende, portanto, apresentar elementos concernentes à história institucional e arquitetônica do AHJ, no sentido de destacar os argumentos que alicerçam a proposição de construção de uma sede própria. Procurou-se compreender os objetivos e a materialização do projeto arquitetônico, desde a escolha da linguagem artística/arquitetônica até as definições funcionais necessárias para abrigar o acervo. Com base nessa análise e no estudo do processo de tombamento da edificação se busca, enfim, entender nessa perspectiva o processo de patrimonialização do bem cultural.

JUSTIFICATIVAS E ARGUMENTAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SEDE DO AHJ

A Secretaria de Planejamento e Coordenação (Divisão de Projetos da Prefeitura de Joinville) elaborou em 1984 um documento com uma série de justificativas para a construção de uma sede própria para o AHJ. Nesse processo, foi incluído um texto da historiadora Elly Herkenhoff (1985) – “Arquivo Histórico de Joinville: seus tesouros – suas deficiências – suas possibilidades”. Nesse documento a Prefeitura, sob as considerações de Herkenhoff, tece argumentos sobre a importância histórica da constituição do acervo do AHJ, exemplificando e enumerando os diversos itens preservados na instituição. A ênfase na importância do acervo relacionava-se, principalmente, à história europeia, aos domínios das coroas portuguesa e francesa e também ao processo de colonização e imigração pelo qual foi estabelecida a Colônia Dona Francisca.

Para a base da argumentação política, esse documento cita como referência o “Compromisso de Brasília – Carta de 03 de abril de 1970”, produzido no 1.º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área da Cultura, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, coordenado pelo Ministro de Educação e Cultura Jarbas Passarinho. A assinatura final foi do arquiteto e urbanista Lúcio Costa em nome da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN⁴). A carta conclamou os partícipes do encontro a proteger o patrimônio cultural:

[...] é, pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção, vinculado à universidade local, às municipalidades e à D.P.H.A.N., para que assim participe diretamente da obra penosa e benemerita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos – e seremos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970).

A partir dessa recomendação, diversas instituições, como secretarias e conselhos de cultura, municípios e estados, endossaram e assinaram a carta, que se tornou documento imprescindível para a negociação e reivindicação de governadores, prefeitos e secretários no que tange à distribuição federal de verbas para a preservação do patrimônio cultural, principalmente na execução de políticas para a conservação, educação e difusão dele.

Os signatários do documento pelo estado de Santa Catarina foram Jaldyr Bhering Faustino da Silva (secretário de Estado da Educação e Cultura de Santa Catarina), Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (diretor do Departamento de Cultura), Oswaldo Rodrigues Cabral (representante da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e da Comissão Especial criada para a organização do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do estado, nomeada pelo governador Ivo Silveira).

Nesse sentido, o documento de 1984, ao justificar a construção da sede do AHJ, trazia no seu âmbito essa incumbência “penosa”, mas “benemerita” que a Carta de Brasília de 1970

⁴ Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

atribuía aos que se empenhavam em preservar o patrimônio cultural do país. Por isso se apresentou a necessidade exposta de o AHJ possuir uma edificação adequada para acondicionar o rico patrimônio documental da cidade.

Com relação à argumentação técnica, foi enviado um ofício no dia 26 de julho de 1984 (OF/GP/nº444/84), endereçado para a diretora-geral do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro Celina Moreira Franco e assinado pelo prefeito Wittich Freitag.

No referido documento, solicitava-se o apoio institucional quanto à construção da sede própria do AHJ e o “encaminhamento necessário para a sua viabilização” (JOINVILLE, 1984). Nesse argumento foi sublinhada a importância do acervo e a necessidade de garantir a sua conservação e preservação, já que ele se encontrava em situação de “falta dos condicionantes técnicos indispensáveis devido à inexistência de um local adequado para abrigá-los”. Para isso, o projeto arquitetônico deveria ser concebido considerando as normativas técnicas arquivísticas, como controle de temperatura, umidade, luz natural, prevenção a incêndio, entre outros.

O MODERNISMO E A CONCEPÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO

Na década de 1980, iniciaram-se a elaboração de estudos arquitetônicos e negociações referentes a verbas para viabilizar a execução do prédio sede do AHJ. Embora tenham sido elaborados estudos anteriores, o projeto que de fato foi executado teve construção iniciada no ano de 1985 e finalizada em 1986.

No dia 29 de julho de 1985 foi lançada a pedra fundamental do prédio do AHJ, com a presença do cônsul-geral da República Federal da Alemanha Hasso Freiherr von Maltzahn, do cônsul honorário de Joinville Wolfgang Voigt, do prefeito Wittich Freitag e do presidente da Fundação Cultural Miraci Dereti. E em 18 de julho de 1986 foi inaugurado o prédio, com a presença até mesmo do Ministro da Cultura Celso Furtado.

A equipe responsável pela elaboração do projeto era composta pelas arquitetas da Prefeitura de Joinville Deisi Lopes de Oliveira Casarin e Ros-Mari T. Cima, tendo sido adotado o estilo modernista como fio condutor na definição do partido arquitetônico, do tratamento plástico e da concepção global dos espaços.

Importante compreender que o termo “moderno” foi utilizado em diversos momentos ao longo da história da arte e da arquitetura para identificar movimentos estéticos que se colocavam em contraposição a tendências anteriormente desenvolvidas, entretanto convencionou-se usar o termo “modernismo” para identificar o estilo de arte que surgiu no início do século XX. Trata-se de um estilo que trabalhou com total ruptura em relação ao passado e que se voltou para a criação de uma nova estética (MARQUES JÚNIOR; CARVALHO, 2011).

Benevolo (2001) afirma que houve, por volta de 1890, uma grande crise na cultura artística vigente que se iniciou na Europa e que se expandiu, posteriormente, em âmbito mundial. De fato, no fim do século XIX os estilos históricos neoclassicismo e ecletismo dominavam a linguagem arquitetônica. Mas a partir daquele momento alguns fatores, tanto de ordem técnica quanto de ordem cultural, contribuíram para que a arquitetura passasse por um processo de renovação.

Por um lado, os progressos tecnológicos da construção civil, com novas formas de projetar e de construir, viabilizaram alterações importantes tanto na concepção dos partidos arquitetônicos quanto nas novas possibilidades para a execução das obras e de utilização de novos materiais, tais como concreto armado, aço e vidro. E, por outro lado, novas questões culturais foram trazidas à tona inicialmente pelo movimento *Arts and Crafts*, dando origem a um processo que culminou na reavaliação das formas de expressão e no surgimento de alternativas que libertaram a linguagem arquitetônica do historicismo vigente.

Em uma onda de exaltação nacionalista que crescia mundialmente, vários foram os países que, em oposição às tendências internacionalmente adotadas, se voltaram para a valorização de suas próprias tradições e para a busca das raízes culturais presentes em seu próprio passado, visando à definição de uma identidade nacional (BITTAR, 2018).

Benevolo (2001, p. 711) afirma que já nos primeiros anos após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) chegou ao Brasil “o eco da batalha de vanguarda que se trava na Europa”. De fato, naquele momento os ideais modernistas começaram a ser aqui introduzidos por intermédio de manifestos como, por exemplo, a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922 em São Paulo e que, por meio de exposições, concertos, récitas e conferências, trabalhou várias linguagens artísticas, como pintura, escultura, poesia, literatura, música, arquitetura.

Na verdade já antes disso as ideias referentes a uma concepção nacionalista no âmbito da arte vinham sendo trabalhadas de maneira pontual no panorama artístico nacional. E vinham ganhando força desde 1914, após a palestra realizada pelo engenheiro português Ricardo Severo na Sociedade de Cultura Artística, em São Paulo, que apontou a necessidade de valorização de uma arte genuinamente brasileira. E em 1917, em nova palestra, agora na Escola Politécnica de São Paulo, Severo “se pronunciou em favor da busca de uma arte nacional, considerando nossa raiz étnica portuguesa como o fundamento da arte brasileira” (SANTOS, 2006, p. 40).

Foi nesse panorama que se inseriu o neocolonial, primeira iniciativa no sentido de se chegar a uma identidade brasileira “genuína”, no âmbito da arquitetura (PINHEIRO, 2011). Tomando por base a pesquisa dos diversos elementos da arte e da arquitetura coloniais portuguesas, e com a apropriação e releitura desses elementos, buscou-se criar uma linguagem artística e arquitetônica que remetesse à história e à cultura brasileira. O neocolonial foi, portanto, um movimento que surgiu como uma reação nativista ao ecletismo então em voga. Em oposição à linguagem eclética, que usava elementos combinados de estilos arquitetônicos de um passado dito universal (clássico, medieval, renascentista, barroco e neoclássico), o neocolonial tinha como foco a utilização de elementos referentes ao passado brasileiro (KESSEL, 2008).

Entretanto Kessel (2008, p. 32) aponta o fato de que estudiosos como José Marianno Filho e Fernando de Azevedo, os quais se aprofundaram no estudo do neocolonial no início do século XX, perceberam que paulatinamente, no que dizia respeito à arquitetura, o tratamento plástico passou a se sobrepôr às questões mais profundas levantadas nos primeiros tempos do movimento. Assim, passaram a fazer oposição, em relação à arquitetura neocolonial, “à perda do sentido funcional e orgânico que tinham embasado o movimento, negligenciado em favor da superficialidade ornamental que iam adquirindo as edificações [...]” (KESSEL, 2008, p. 32).

Mas, se por um lado eram muitas as críticas que se faziam ao neocolonial, por outro Kessel (2008) mostra que Paulo Santos, autor especialista na arquitetura do período colonial, em trabalho publicado em 1966 (*Quatro séculos de cultura*), reconhecia o fato de que o neocolonial, como elemento propulsor no processo de ruptura com o ecletismo, atuou como legítimo condutor entre o passado colonial e o futuro modernista.

De toda forma é interessante perceber que já desde a década de 1920 começou a chegar ao Brasil, ainda que lentamente, o que se fazia de moderno no mundo em termos de racionalismo estrutural. Em 1925 Gregori Warchavchik, arquiteto russo radicado no Brasil, inspirado pelas ideias de Le Corbusier, publicou o *Manifesto da arquitetura funcional*. Depois disso, no ano de 1928, construiu a primeira casa modernista em São Paulo (BITTAR, 2018).

Ao mesmo tempo Rino Levi, arquiteto brasileiro que se formou em Roma, lançou em 1925 o manifesto intitulado *A arquitetura e a estética das cidades*. O documento foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* e apoiava a arquitetura moderna (SANTOS, 2006).

Segundo Lemos (1979), embora na década de 1930 as manifestações referentes à modernidade racionalista permanecessem ainda esparsas e sem muita repercussão, já era evidente a propagação do uso do concreto armado, principalmente na construção de prédios de apartamentos.

O fato é que, de acordo com Benevolo (2001), a grande guinada que ocorreu no Brasil no que se refere à expansão do movimento modernista se manifestou a partir da Revolução de 1930, com o fim da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas. Naquele momento, a nova classe política começou a apoiar os movimentos modernistas, o que permitiu à arquitetura moderna brasileira contar com um ambiente favorável para se firmar.

O grande ícone brasileiro no que se refere à arquitetura moderna foi o edifício concebido para abrigar o Ministério de Educação e Saúde (MES) no Rio de Janeiro. Foi construído entre os anos de 1937 e 1945, tendo sido Lúcio Costa o coordenador da equipe que desenvolveu o projeto de execução. Le Corbusier participou como consultor convidado e teve a oportunidade de ver realizado o tipo de edificação que havia muito tempo imaginava – o arranha-céu cartesiano, com função direcional, onde foram aplicados princípios definidos por ele como requisitos para a arquitetura moderna, tais como planta livre, *pilotis*, terraço-jardim, paredes de vidro e *brise-soleil*.

Poucas décadas depois da elaboração do projeto para o MES, pode-se dizer que houve uma redefinição da arquitetura brasileira por meio do trabalho dos arquitetos cariocas que se basearam nas teorias de Le Corbusier e também no trabalho de Mies Van der Rohe e Gropius. Chegaram, com isso, a “uma expressão cultural nacional independente da conceituação e de seus modelos originais europeus” (LEMOS, 1979, p. 141).

De fato, consolidou-se no Rio de Janeiro uma arquitetura moderna com características tipicamente brasileiras, a partir da década de 1940, marcada por definições locais. Isso se deu também em função das dificuldades geradas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tanto no que se refere à redução do acesso às divulgações alusivas à arquitetura europeia quanto com relação às dificuldades na importação de materiais construtivos. Nesse sentido, os arquitetos buscaram, em seus projetos,

[...] uma linguagem brasileira para os postulados funcionalistas – chegaram até a ressuscitar as velhas treliças, antigos combongós e os tradicionais azulejos de revestimento de fachadas e tudo mais que pudesse servir de ponte entre o passado autêntico e o presente já valorizado pelo concreto armado, com seus *pilotis*, terraços, jardins e quebra-sóis, os célebres “brises” do novo jargão profissional (LEMOS, 1979, p. 142).

Com relação à arquitetura paulistana da década de 1940, foram duas as circunstâncias marcantes. Por um lado, houve a chegada de arquitetos estrangeiros que vieram para o Brasil em função da Segunda Guerra e, por outro lado, foram instaladas ali duas faculdades de arquitetura, a atual Universidade Mackenzie e a Universidade de São Paulo. Entretanto, segundo Lemos (1979), o trabalho de João Vilanova Artigas, com projetos em que tudo estava à vista, com concreto aparente sem revestimentos ou tratamentos decorativos, foi o grande divisor de águas no que se refere à estruturação da arquitetura paulista moderna.

A partir de 1940 o modernismo tomou corpo no panorama nacional, tendo ocorrido, no fim da década, o tombamento de bens modernistas que foram reconhecidos como patrimônio nacional. São exemplos a Igreja de São Francisco, na Pampulha (Belo Horizonte, projeto de Oscar Niemeyer), e o antigo prédio do MES, onde atualmente funciona o MEC, no Rio de Janeiro, ambos tombados em 1948.

Para Chuva (2017, p. 382), a construção de “Brasília foi a consagração absoluta da arquitetura moderna”: a capital foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco em 7 de dezembro de 1987 e foi tombada como patrimônio nacional em 1990.

O fato é que os preceitos da arquitetura moderna reverberaram ao longo dos anos no Brasil, até mesmo em função da forte repercussão em nível mundial do trabalho de arquitetos modernistas como Oscar Niemeyer, assim como da construção de Brasília, tendo sido vários os prédios institucionais brasileiros criados nessa linguagem.

Esse é o caso do prédio sede do AHJ, que, concebido segundo os preceitos modernistas – com linhas retas, foco na funcionalidade, expressão plástica assegurada pelo criativo trabalho com a estrutura em concreto armado modular aparente e não por elementos ornamentais –, se impõe na paisagem urbana por sua arquitetura arrojada.

Tanto pela análise dos desenhos arquitetônicos e dos espaços construídos quanto pela entrevista feita com a autora do projeto, a arquiteta Deisi Lopes de Oliveira Casarin (2019), percebeu-se que houve, na concepção do prédio, um grande cuidado com o tratamento formal, sendo possível observar um trabalho tridimensional apurado que lançou mão das possibilidades plásticas da estrutura em concreto armado.

Com a adoção de linhas retas, a edificação é marcada pelo movimentado jogo estabelecido pelas grandes lajes, pelo imponente pórtico de acesso e pelas estruturas dos *brise-soleils* das fachadas laterais, todos em concreto armado aparente. Foi utilizado ainda o elemento modernista referente ao terraço-jardim nas grandes lajes do piso superior que são laterais ao pórtico de acesso principal. Nessas lajes foram estruturados jardins cuja vegetação se integrava às fachadas da edificação. Posteriormente, por questões de dificuldade de manutenção, os jardins foram retirados.

Figura 1 – Sede do AHJ inaugurada em 18 de julho de 1986



Fonte: Acervo do AHJ ([2006])

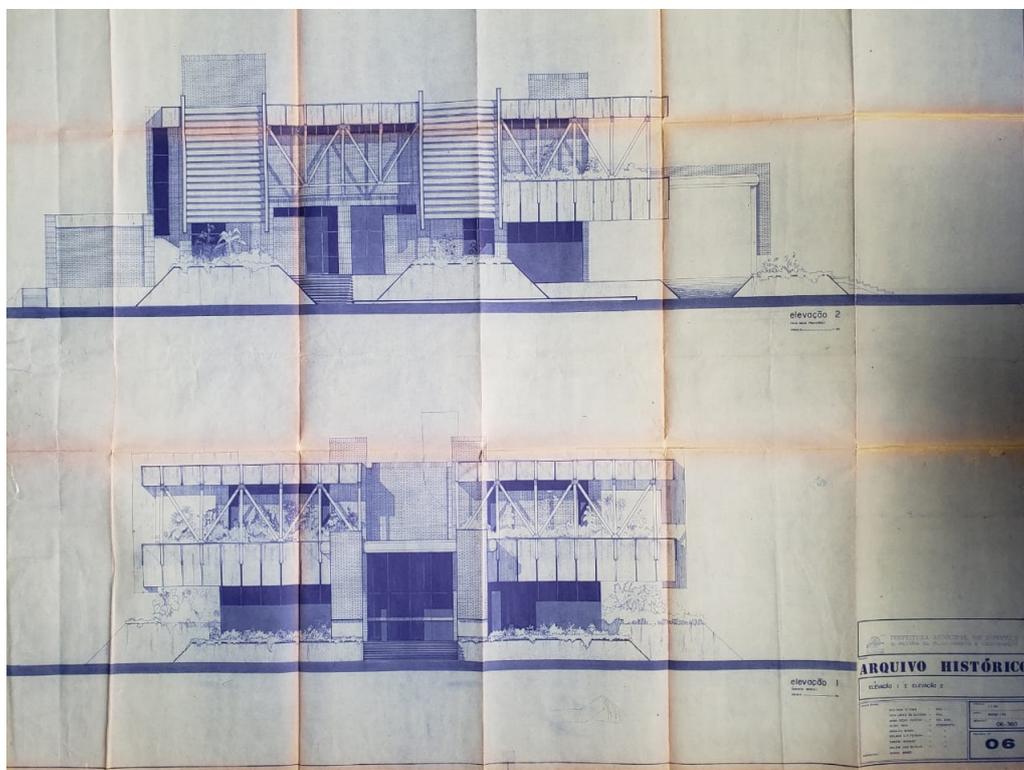
Como elemento de suavização do conjunto, foi utilizado o revestimento em tijolos aparentes nas alvenarias externas e nos pilares laterais definidores do pórtico de acesso, numa evocação ao enxaimel, técnica construtiva presente na arquitetura em toda a região em função da presença dos imigrantes germânicos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se empregou a linguagem modernista, em voga no Brasil, buscou-se um diálogo com referências locais.

Outro interessante fator de valorização da cultura local foi a escolha de obras de artistas plásticos atuantes na cidade, uma delas alojada dentro do próprio prédio, mural de Edson Machado, e outra no jardim, no centro de um dos espelhos d'água originais, escultura de Helena Montenegro.

Ainda como influência dos ideais modernistas, o entorno da edificação foi trabalhado com a presença de jardim com grandes canteiros e de espelhos d'água. A intenção era conferir leveza à edificação, dando a impressão de ela estar “solta” do chão, além de permitir a integração entre a edificação e o local onde ela se insere. Ao longo dos anos, contudo, muitas foram as alterações nos jardins: os espelhos d'água foram aterrados, tendo a superfície revestida por brita, e a vegetação originalmente definida, tanto no que se refere às espécies quanto à composição, foi totalmente alterada.

É importante ressaltar que, embora tenha havido uma grande preocupação com relação à linguagem plástica, o foco principal do projeto foi a funcionalidade. Tendo em vista a necessidade de abrigar o importante acervo documental do AHJ e de garantir sua proteção e conservação, foram utilizados os recursos tecnológicos da época, desde a escolha dos materiais empregados na obra, a espessura das paredes, o controle da insolação, com a definição de áreas mais reduzidas para as esquadrias em locais de guarda ou tratamento do acervo, até a solução para o controle térmico e de umidade. Os grandes *brises* nas fachadas laterais, por exemplo, além da importante função estética, tiveram de fato, como primeiro objetivo, o controle da iluminação/insolação que atinge a edificação.

Figura 2 – Fachadas lateral e frontal



Fonte: Acervo do AHJ (1985)

Além do que, buscou-se criar local adequado para a recepção e atendimento ao pesquisador. Para isso, além da definição de espaço amplo e confortável para o usuário, criaram-se elementos que estabelecessem como que um convite à entrada no prédio. Por um lado, o grande pórtico que marca o acesso principal e, por outro, o curioso detalhe de utilização do piso em *petit pavet* que reveste as calçadas do jardim do entorno do prédio, no *hall* externo de acesso à edificação e no *hall* interno, de recepção.

Construída em um terreno de 14.452,00 m², a edificação conta com área total de 1.024,71 m², sendo 624,15 m² referentes ao pavimento térreo e 400,56 m² concernentes ao pavimento superior. O partido arquitetônico adotado compõe-se de dois blocos, ambos com planta retangular, sendo um frontal com dois pavimentos e outro posterior com um pavimento. O sistema estrutural em concreto armado aparente segue a modulação de 7m x 4m ou 5m x 4m no bloco frontal e módulos de 7m x 5m no bloco posterior.

No pavimento térreo do bloco frontal foram designados espaços para recepção e atendimento ao público, espaços para pesquisa, com quatro cabines individuais para pesquisadores (as quais são hoje utilizadas como salas de trabalho por funcionários), além de duas salas frontais para exposições. Definiram-se ainda salas para a direção do AHJ, para fichários e para classificação, restauro e microfilmagem de documentos.

Já o segundo pavimento do bloco frontal foi destinado a abrigar o acervo técnico propriamente dito, tendo sido definidos dois grandes salões para tal finalidade. Ainda nesse pavimento foi reservado espaço para a central de ar condicionado.

O bloco posterior, que se desenvolve em um pavimento, conta com uma área central para acesso de serviço; de um lado estão os espaços para serviços (copa/cozinha e sanitários para funcionários) e, do outro, os estipulados originalmente para reserva técnica, câmara de desinfecção e depósito.

Ao longo dos anos o *layout* passou por alterações, mas de toda forma a estrutura geral de distribuição de espaços, com áreas para atendimento, pesquisas, setor administrativo, serviços e conservação/restauro no pavimento térreo e áreas para acondicionamento do acervo no pavimento superior, se manteve.

O fato é que, resultado da associação de olhares plástico e funcional, o prédio se impõe na paisagem urbana por sua bela arquitetura e por ter sido projetado da forma mais adequada, conforme a tecnologia da época, para a guarda e proteção do importante acervo do AHJ.

O PROCESSO DE TOMBAMENTO E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO BEM CULTURAL

Ao analisarmos a história da construção da sede do AHJ e o seu processo de tombamento pelo poder público municipal, podemos aplicar as reflexões de Le Goff (1997) no que tange aos monumentos e documentos. Para o autor, os monumentos são simbolizações do passado efetuadas por agentes sociais ou pelo Estado para evocar lembranças, enquanto os documentos são escolhas diretas do historiador para responder a questões colocadas pelo tempo presente.

Podemos observar essas questões em dois momentos: no documento escrito pela Secretaria de Planejamento e Coordenação – Divisão de Projetos da Prefeitura de Joinville (com texto histórico produzido por Elly Herkenhoff), em que as escolhas do Estado e da historiadora estão presentes; e no projeto arquitetônico para a sede própria do AHJ, pautado nos preceitos da arquitetura moderna, com o objetivo de abrigar um acervo histórico colonial. Aí se encontra a questão do monumento, tendo em foco o prédio em si e para si.

A arquitetura enquanto linguagem artística, por intermédio de seus elementos estéticos e construtivos, constitui um testemunho material que costumeiramente se torna monumento ao se atribuírem a ela valores sociais, históricos, artísticos, estilísticos. Contudo também podemos compreendê-la sob o ponto de vista da constituição de um documento histórico por meio do seu processo de patrimonialização. Dessa forma, as referências arquitetônicas podem

ser classificadas como monumentos/documentos, pois nos fornecem leituras do passado para a construção de uma memória coletiva. E isso compreendendo que o patrimônio cultural vislumbrado à época da construção do prédio sede era o acervo documental, que era tratado como relíquia para justificar o novo projeto arquitetônico. Só posteriormente o prédio passou a ser percebido como patrimônio do município, e passível de tombamento.

Em reunião realizada no dia 26 de junho de 2013 a Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN) deliberou sobre o processo de tombamento da edificação enquanto patrimônio cultural municipal. À época, os conselheiros entenderam que o prédio apresentava um inegável valor arquitetônico para a história cultural de Joinville, além de ser um significativo exemplar modernista. Dessa forma, deliberou-se pelo tombamento, em função dos valores estético e funcional do prédio, já que ele foi concebido com a prerrogativa de ser um arquivo público. Além disso, a comissão considerou o fato de que a edificação compunha um conjunto urbano singular. No seu entorno encontram-se a Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior⁵, inaugurada em 1972, e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masi), criado em 1969, constituindo importante setor cultural da cidade (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2013a).

Mesmo se tratando de um bem público, o AHJ recebeu no dia 11 de julho de 2013 a notificação de n.º 007/13 emitida pela Fundação Cultural de Joinville (FCJ)/COMPHAAN (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2013b), que informava sobre o início do processo de tombamento do imóvel pelo poder público municipal, havendo possibilidade de apresentação de impugnação. Não tendo ocorrido tal impugnação, o imóvel foi tombado e inscrito no Livro Tombo sob o n.º 113.

O processo de tombamento do AHJ materializou a compreensão de que a instituição criada para ser a responsável pela guarda da memória da cidade se tornou um monumento arquitetônico, ou seja, um patrimônio cultural reconhecido pela sociedade e um documento histórico que comunica e reverbera a compreensão política e estética de uma época, de uma geração, que entendia que a construção de equipamentos públicos era imprescindível para a sobrevivência da própria cidade.

Dessa forma, a história institucional e arquitetônica do AHJ pode também ser interpretada sob a categoria de lugares de memória de Nora (1993) como tentativa de reunir fragmentos esparsos da história em um lugar que se tornou ancoradouro dessa memória – um lugar que, materialmente, se transformou em um ícone da arquitetura modernista, um lugar disputado pelas múltiplas memórias e histórias que compõem a cidade de Joinville.

Nesse contexto o AHJ, com sua arquitetura modernista, enquanto monumento se impõe na paisagem urbana e provoca projeções sociais sobre a cidade como lugar de memórias, por meio de seus usos, suas funções, suas percepções, seja para a patrimonialização, seja simplesmente para a contemplação do bem cultural em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exercitamos alguns olhares sobre o AHJ para tentar compreendê-lo além de sua história institucional (constituição de acervo e projeto arquitetônico), o que provocou um cruzamento multidisciplinar de saberes sob uma perspectiva ampla de lugar de muitas memórias e de muitas histórias.

A constituição do AHJ não está isolada no contexto histórico de formulação das políticas culturais do Brasil, mas reforça que existiram diálogos, articulações e negociações em âmbito nacional e até mesmo internacional para que fosse concebido o equipamento público com o intuito de preservar o patrimônio documental de Joinville.

Não por acaso o AHJ recebeu uma arquitetura para sua sede que evocava os princípios da racionalidade e da funcionalidade, questões também caras para a arquivística. Mas, para

a história, restam os vestígios, os fragmentos, as memórias ancoradas que podem se fazer presentes, tanto na história de constituição do seu acervo institucional quanto na composição da instituição e na elaboração do projeto sede. No entanto o projeto arquitetônico para a sede do AHJ encontrou nos ares do modernismo, do movimento artístico nacional em voga desde as primeiras décadas do século XX, a linguagem adequada para a sua concepção. Trata-se de um projeto que se tornou ícone para a cidade e o país, sendo a patrimonialização resultado do seu reconhecimento social, artístico, cultural e político.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. **Fotografia da fachada do Arquivo Histórico de Joinville**. Joinville, [2006].

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. **Projeto arquitetônico do Arquivo Histórico de Joinville**. Joinville, 1985.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BITTAR, William. **Formação da arquitetura moderna no Brasil (1920-1940)**. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/William-Bittar.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

CASARIN, Deisi Lopes de Oliveira. **Deisi Lopes de Oliveira Casarin**: depoimento [2019]. Entrevistadoras: Giane Maria de Souza, Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske e Arselle de Andrade da Fontoura. Joinville, AHJ, 2019.

CHUVA, Marcia. **Arquitetos da memória**. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

HERKENHOFF, Elly. O Arquivo Histórico de Joinville: seus tesouros – suas deficiências – suas possibilidades. **Arquivo Histórico Municipal de Joinville – AHMJ**, Joinville, v. 2, n. 6, p. 10, set. 1985.

JOINVILLE. Lei n.º 1.182, de 20 de março de 1972. Cria o Arquivo Histórico Municipal de Joinville. **Coletânea de Leis e Decretos de 1972**. Prefeitura de Joinville, 1972. p. 169-172.

JOINVILLE. **Ofício Circular n.º 444/84/GP**. Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 26 jul. 1984.

KESSEL, Carlos. **Arquitetura neocolonial no Brasil**: entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.

LE MOS, Carlos. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

MARQUES JÚNIOR, Arnaldo Ferreira; CARVALHO, Anna Cristina Rolpiano de. **Inventário de estilos arquitetônicos da cidade de Santos**. Santos: E&M Ensino e Memória Produções

Editoriais, 2011. Disponível em: http://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/CONDEPASA/inventrio_de_estilos_arquitetnicos_da_cidade_de_santos.pdf. Acesso em: 9 nov. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. **Compromisso de Brasília**. 1.º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Brasília, 1970.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Fundação Cultural de Joinville (FCJ). Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN). **Ata de Reunião Ordinária n.º 202/2013**. Joinville, 2013a.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Fundação Cultural de Joinville (FCJ). Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN). **Notificação n.º 007/13 – FCJ/COMPHAAN**. Joinville, 2013b.

SANTOS, Maria da Graça. Arquitetura moderna brasileira, dos pioneiros a Brasília (1925-1960). **Da Vinci**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 37-56, 2006. Disponível em: https://www.up.edu.br/davinci/3/304_arquitetura_moderna_brasileira.pdf. Acesso em: 14 nov. 2018.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. A criação do Arquivo Histórico Municipal de Joinville. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**, Joinville, ed. 14, p. 7-12, jun. 1996.